

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

FILIFE CÉSAR PEREIRA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO
RESIDENTE NO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL
DE RITÁPOLIS

Orientador: Dr. Ivair Gomes

SÃO JOÃO DEL-REI (MG)

2019

FILIPÉ CÉSAR PEREIRA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO
RESIDENTE NO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL
DE RITÁPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Geografia, da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito final para a obtenção de título de Geógrafo.

Orientador: Dr. Ivair Gomes

SÃO JOÃO DEL-REI (MG)

06 de junho de 2019

FILIPE CÉSAR PEREIRA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO
RESIDENTE NO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL DE
RITÁPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Geografia, da
Universidade Federal de São João del-Rei,
como requisito final para a obtenção de título de
Geógrafo.

Aprovado no dia 06 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivair Gomes (Orientador)
Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Msc. Bruno Henrique dos Santos
Escola Estadual “Professor Pinheiro Campos”
Escola Estadual ‘Afonso Pena Júnior’

Prof. Msc. Gabriel Max de Oliveira Dias
Escola Estadual “Pedro Vicente de Freitas”

SÃO JOÃO DEL-REI (MG)

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder mais esta realização em minha vida;

Ao Professor Dr. Ivair, pela paciência e motivação ao longo de todo o período de orientação;

À banca examinadora, pela prontidão e aceite do convite;

À Universidade Federal de São João del-Rei e ao curso de Bacharelado em Geografia, pela oportunidade concedida a essa nova experiência;

Aos meus familiares, colegas e amigos especiais de travessia que, incondicionalmente me acolheram, motivaram e me fizeram acreditar que a conclusão de mais esta etapa seria possível. Essa conquista é nossa!

“Seja a mudança que você quer ver no Mundo”

Mahatma Gandhi (1869-1948)

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo realizado na Floresta Nacional de Ritapólis (FLONA), situada na mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais, em que propomos a apresentar os desafios e potencialidades para a manutenção desta Unidade de Conservação, considerando a presença dos moradores situados em sua Zona de Amortecimento e os possíveis impactos decorrentes deste fator. No ponto de vista do território apresentamos, de antemão uma contradição, que se inicia no campo normativo-ambiental, cujos interesses se fundamentam na promoção do discurso preservacionista e na manutenção da biodiversidade local, o que muitas vezes contraria os interesses da população local, que por razões diversas são restringidas a certos tipos de atividades, quanto ao uso e ocupação do solo. Em vista disso, o objetivo deste estudo centrou-se na análise da percepção ambiental dos diferentes atores sociais, localizados no entorno da FLONA, considerando os possíveis aspectos dessas comunidades que possam interferir na integridade da conservação desta UC, a relação entre os moradores residentes no seu entorno e os órgãos responsáveis pela sua gestão, além dos possíveis impactos ambientais no interior da área de pesquisa. Os procedimentos metodológicos, adotados para a execução da pesquisa foram de caráter quantitativo/qualitativo e de cunho teórico-prático, o que nos permitiu compreender, em profundidade, o distanciamento entre as leis propostas no campo discursivo diante da sua materialização na vida dos sujeitos locais, apontando a necessidade de conciliar as demandas ambientais às sociais, pois ambas estão imbricadas.

Palavras-Chave: Percepção Ambiental; FLONA; Território; Contradições.

ABSTRACT

The present work is a study carried out in the National Forest of Ritapólis (FLONA), located in the mesoregion of Campo das Vertentes, in the state of Minas Gerais, where we propose to present the challenges and potentialities for the maintenance of this Conservation Unit, considering the presence of the residents located in their buffer zone and the possible impacts resulting from this factor. From the point of view of the territory we present beforehand a contradiction that begins in the normative-environmental field, whose interests are based on the promotion of the preservationist discourse and the maintenance of the local biodiversity, which often contradicts the interests of the local population, who for various reasons are restricted to certain types of activities, regarding the use and occupation of the soil. Therefore, the objective of this study was to analyze the environmental perception of the different social actors located in the surroundings of FLONA, considering the possible aspects of these communities that could interfere in the conservation integrity of this UC, the relationship between residents living in the its environment and the bodies responsible for its management, as well as the possible environmental impacts within the research area. The methodological procedures adopted for the execution of the research were quantitative / qualitative and theoretical-practical, which allowed us to understand, in depth, the distance between the laws proposed in the discursive field before its materialization in the life of the local subjects , pointing to the need to reconcile environmental and social demands, since both are intertwined.

Keywords: Environmental Perception; FLONA; Territory; Contradictions.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FLONA – Floresta Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MG – Minas Gerais

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PM – Plano de Manejo

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UC – Unidade de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização da Floresta Nacional de Ritópolis (MG).....	14
Figura 02 - Vista Parcial da ferrovia dentro da FLONA, Ritópolis (MG).....	15
Figura 03 - Distribuição das Florestas Nacionais pelo Brasil.....	18
Figura 04 - Localização da área de estudo, Floresta Nacional de Ritópolis e Sua Zona de Amortecimento.....	20
Figura 05 - Localização da área de estudo. Sede da Floresta Nacional de Ritópolis (MG).....	21
Figura 06 - Localização da área de estudo. Ruínas da Fazenda do Pombal, Ritópolis (MG).....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Você sabe o que é uma Unidade de Conservação?.....	24
Gráfico 02: Você sabia que a sua residência está situada em uma Unidade de Conservação?.....	25
Gráfico 03: Você tem conhecimento de conflitos entre a população residente e a FLONA, devido às restrições de uso do solo?.....	26
Gráfico 04: Você já foi multado, em decorrência de atividades consideradas irregulares pela gestão da FLONA?.....	27
Gráfico 05: Práticas como a criação de animais, pesca, caça, trânsito de veículos oferecem algum tipo de risco UC?.....	29
Gráfico 06: Na sua opinião, a população residente no entorno do da FLONA tem contribuído para a sua preservação?.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	17
3. FUNDAMENTAÇÃO	18
3.1 Florestas Nacionais: breve contextualização	18
3.2 Percepção Ambiental: “Entre o Ideal e o Real”	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
7. ANEXO - A	37

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, as questões ambientais, a criação e os desafios para a manutenção do que se tem hoje como meio natural e a biodiversidade cada vez mais tem ganhado espaço nos estudos sociais. Nesse âmbito, parcerias entre as diversas áreas do saber tem se realizado, na busca de soluções eficazes, justas e sustentáveis, que sobretudo, nos permitam compreender as causas e consequências das ações humanas sobre a natureza e os seus impactos (DOURADO, 2014). Estamos nos deparando com mais um tema da agenda global, assim como a paz, o desenvolvimento e a qualidade de vida.

O século XXI se inicia mediante a consciência da evidente escassez dos recursos naturais. A criação discursos relacionados à atual situação do planeta nos fizeram questionar o modo de agir, em vista das perdas irreversíveis (CULLEN *et al.*, 2004; PRIMACK, 2000). Neste contexto, vê-se o estabelecimento de uma grande crise, no modelo de uso e exploração desses recursos e o debate contínuo sobre a sustentabilidade impõe a necessidade da investigação por novas formas de usos dos recursos, de maneira que não comprometa a qualidade da vida em nosso planeta.

No ponto de vista social apresentamos, de antemão a percepção ambiental, na condição de uma retomada de consciência humana, acerca do meio em que vivemos, pois abarca os sentidos da relação entre sujeito/lugar, sem desconsiderar os conflitos e contradições que comportam em sua base territorial (TUAN, 2012). Trata-se de um importante mecanismo para que se promova a educação ambiental, por meio da conscientização do uso, ocupação e exploração dos recursos naturais, com vistas a promoção da sustentabilidade.

Dentre as práticas humanas com objetivos preservacionistas, a criação de Unidades de Conservação (UCs) tem ganhado força no mundo inteiro. As UCs seriam os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, a qual se aplica garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

No Brasil, foi regulamentado através da Lei Nº 9.985, de julho de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo Ministério do Meio Ambiente. O SNUC define categorias, regula a criação, a gestão e de modo geral explicita a preocupação governamental para a necessidade de delimitar e conservar áreas com

especificidades naturais que justifiquem seu tratamento diferenciado. A proteção de áreas naturais, por meio da criação de Unidades de Conservação é considerada uma estratégia para a conservação em longo prazo. Elas são elementos vitais para qualquer tática de conservação da biodiversidade, frente à crise socioambiental. Além disso, são áreas que os processos ecológicos podem acontecer sem maiores intervenções antrópicas.

Ademais, no contexto nacional, concluir que a simples criação de uma Unidade de Conservação seja a solução para os problemas ambientais está longe de ser uma solução definitiva e completa, pois as ações e os mecanismos para a sua manutenção exigem o uso de estratégias participativas e, portanto, mais eficazes. Por isso, no plano conservacionista, não se pode considerar somente a esfera ambiental em detrimento da social, pois ambas estão imbricadas (TORRES e OLIVEIRA, 2008).

Acontece que no entorno das UCs atividades antrópicas continuam sendo realizadas. Então, para que haja uma boa gestão ambiental é necessário pensar não apenas na UC a ser preservada, mas nos impactos gerados pela sua criação.

Uma parte considerável de planejadores e gestores ambientais tem atuado como se o ser humano pudesse ser reduzido ou à sua dimensão de “*homo economicus*”, ou àquela de homem puramente racional ou, ainda, àquela de “romântico e inocente”. A complexidade do comportamento humano não é bem representada por nenhum desses reducionismos. Por isso mesmo, certo número de pesquisadores vem trabalhando, há alguns anos, com outra hipótese: a de que as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem, podem ser avaliadas através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens que a mente humana tem a capacidade de elaborar. Um grupo de intelectuais, que começa a crescer em todo o mundo e, também no Brasil, está convencido de que os estudos das percepções ambientais dos homens de hoje constituem a última e decisiva fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa do ambiente (AMORIM FILHO. s/d; grifo nosso).

Portanto, a abordagem da percepção ambiental é de vital importância para o planejamento, criação e manutenção dessas áreas, visto que um dos principais desafios que se apresentam atualmente são as relações entre as populações instaladas em regiões limítrofes às UCs (ACSELAD, 2004; FERREIRA, 2004).

“O pressuposto fundamental é a afirmação segundo a qual as pessoas se comportam no mundo real não a partir de um conhecimento objetivo desse mundo, mas com base nas imagens subjetivas dele” (AMORIM FILHO; CARTER; KOHLSDORF, 1987).

A Percepção Ambiental também permite analisar o conhecimento, os valores e as atitudes da população e/ou dos atores sociais em relação a uma determinada área (FERREIRA, 2005). Ela é formada por aspectos inerentes ao próprio indivíduo, como por exemplo, os aspectos educacionais e culturais, introduzidos pela sociedade; e os afetivos e sensitivos, que têm origens nas relações do observador com o ambiente.

Entendemos que a participação da comunidade é de suma importância no sucesso dos objetivos do SNUC, sendo o conhecimento da opinião e dos anseios dessas comunidades uma importante ferramenta para a conservação das unidades, principalmente onde essa relação é muito íntima (SILVA, et al., 2009).

Neste trabalho, a Unidade de Conservação estudada foi a Floresta Nacional de Ritópolis (MG). Segundo o Instituto Chico Mendes (ICMBio), uma Floresta Nacional é:

“[...] uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, criadas com o objetivo básico de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, voltada para a descoberta de métodos de exploração sustentável destas florestas nativas. É permitida a permanência de populações tradicionais que habitam a área, quando de sua criação, conforme determinar o plano de manejo da unidade. A visitação pública é permitida, mas condicionada às normas especificadas no plano de manejo. A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do Instituto Chico Mendes” (BIODIVERSIDADE, 2018).

Situada no município de Ritópolis, na mesorregião do Campo das Vertentes, a FLONA, possui uma área total de 89,50 hectares. Sua divisão atual compreende 36,94 ha de floresta estacional semidecidual, 25,93 ha de campo sujo e cerrado, 2 ha de reflorestamento com espécies *Eucalyptussaligna*, 8,75 ha de área de empréstimo e de bota fora, 5,51 ha de sede administrativa e 10,03 ha utilizada pela ferrovia que corta a Unidade de Conservação, conforme apresentado na Figura 01 e 02 (FERREIRA, et al., 2016).

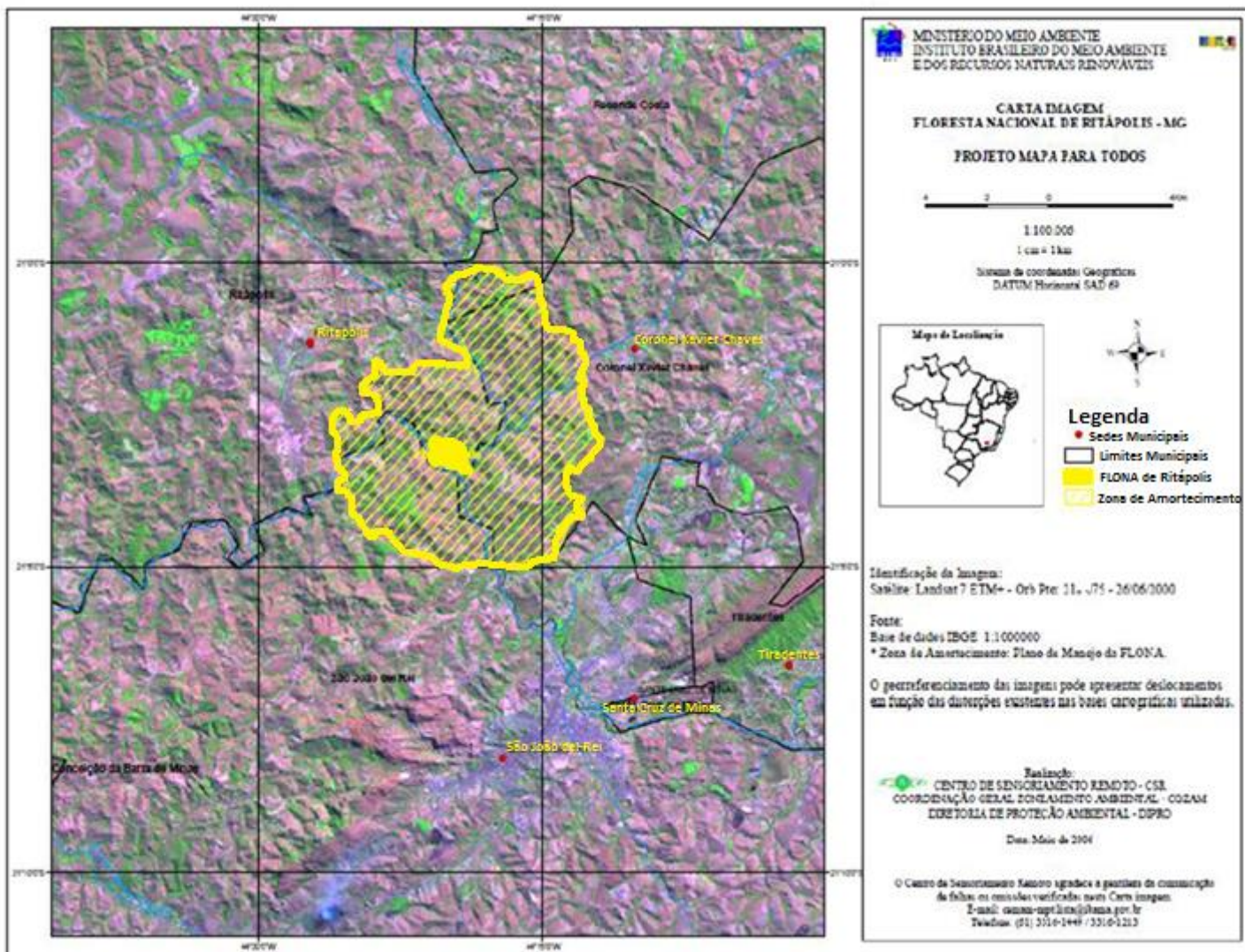


Figura 01: Localização da Floresta Nacional de Ritópolis (MG).
Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Adaptado por Pereira (2019)

A Floresta Nacional possui ao seu redor uma Zona de Amortecimento (Z.A), que é uma área estabelecida ao redor de uma Unidade de Conservação, com o objetivo de filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora dela, como: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana, especialmente nas unidades próximas a áreas intensamente ocupadas.

O SNUC, define que a Zona de Amortecimento é o "entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade" (BRASIL, 2000).

Além da criação de estradas, para fins de interligação entre povoados, distritos e cidades, um impacto de longa data ocorreu desde a implantação da ferrovia do aço,

gerenciada pela empresa MRS Logística, que atravessa um trecho de 1,05 km da Floresta Nacional (BRASIL, MMA, 2000). Conforme o plano de manejo desta UC trata-se de uma área conflitante, mesmo considerando que o empreendimento em questão tenha sido instituído antes do registro oficial da FLONA, o que requer medidas de compensação ambiental (Figura 02).



Figura 02: Vista Parcial da ferrovia dentro da FLONA, Ritópolis (MG).
Diário de Campo, Pereira (2019).

Ademais, na Zona de Amortecimento da FLONA de Ritópolis existem relatos de diversos problemas existentes entre os moradores e as entidades responsáveis por fiscalizar e aplicar a legislação específica para essas zonas de amortecimento. Nesse sentido, tem-se de um lado a legislação e a proposta preservacionista regulamentar e, de outro, a presença de moradores que sobrevivem mediante as atividades associadas ao uso do solo e dos recursos naturais ali existentes.

Frente a esta questão, apresentamos esta pesquisa, na modalidade de monografia, ao curso de Bacharelado em Geografia, da Universidade Federal de São João del-Rei, que, fundamentada através de elementos teóricos e práticos se propõe a analisar a percepção ambiental dos diferentes atores sociais localizados no entorno da Floresta Nacional de Ritópolis, situadas em sua Zona de Amortecimento.

Especificamente, investigou-se os possíveis aspectos dessas comunidades que possam interferir na integridade da conservação desta UC, a relação entre os moradores residentes no entorno da FLONA e os órgãos responsáveis pela sua gestão, além dos

principais impactos ambientais, provocados pela ação antrópica no interior da área de estudos.

Acreditamos que os objetivos acima apresentados nos permitirão compreender, em profundidade, os desafios e as potencialidades para a manutenção de uma área de conservação, onde a presença humana é um fator eminente; o que requer de nós, pesquisadores, a compreensão da percepção ambiental desses sujeitos envolvidos, onde os fazeres humanos se realizam dentro de uma floresta nacional, porém munidos da necessidade de conciliar as demandas naturais e sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Caracterização da Pesquisa

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de informações e visando minimizar as distorções nos resultados a serem alcançados, esta pesquisa contou com o processo quantitativo/qualitativo, na tentativa de evitar lacunas ou mesmo tendências, a uma ou outra visão da realidade, na busca do conhecimento do objeto de estudo como um todo (BECHTEL, *et al.*, 1987). Dessa forma a metodologia de pesquisa empregada neste trabalho consistiu principalmente de entrevistas semiestruturadas e em profundidade. As conversas, com lideranças e/ou residentes mais antigos e observações diretas também foram realizadas, com o intuito de melhor análise e compreensão do estudo.

A realização de entrevistas, enquanto procedimento metodológico se fez necessária, pois nos permitiu maior flexibilidade e dinâmica à abordagem do tema – por meio de um roteiro amplo e flexível, de alcance à contextualização dos entrevistados. A ordenação específica das perguntas ocorreu de acordo com cada situação estabelecida em campo e de acordo com as singularidades de cada entrevistado (GIL, 2010).

Desta forma, o questionário foi empregado como um artifício de pesquisa, bem aceito por parte dos respondentes, apesar da necessidade de certos cuidados quanto a concepção do instrumento, especialmente com o vocabulário, com o tempo de duração e com o local e horário adequados, para evitar possíveis perturbações.

Assim, o questionário empregado nesta pesquisa¹ foi composto por questões indicativas do perfil dos entrevistados e outras (abertas e fechadas) para que, ao serem

¹ O questionário segue em anexo.

respondidas, evitassem ambiguidades, possibilitando a avaliação livre e intuitiva, identificando assim, a imagem ambiental relaciona à área de estudo. A natureza dos questionários foi impessoal e padronizada, a fim de assegurar a uniformidade e o anonimato dos respondentes, para garantir a sua livre opinião.

Para garantir maior efetividade e fidelidade do universo estudado, foram aplicados 15 questionários dentro da Zona de Amortecimento da FLONA, ou seja, a todos os moradores situados nas suas imediações e que concordaram em participar da pesquisa. Além disso, não foram disponibilizadas informações precisas (secundárias) de quantos moradores existem no local (LEVIN, 1987). Também foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, para buscar outros parâmetros de análise.

Por fim, sabendo-se que os espaços são diferentes e possuem características próprias, considerou-se que, ao longo do trabalho poderia surgir a necessidade de se criar uma metodologia própria melhor adaptada a esse universo pesquisado. Ou seja, abordou-se a percepção ambiental dos diferentes atores sociais que vivem no entorno da FLONA e sua Zona de Amortecimento, a partir de dois fatores: no campo normativo, o estudo da aplicação de leis e decretos, para a criação e manutenção de uma área de uma Unidade de Conservação; e a análise das condições, impactos, benefícios e obstáculos que surgiram na vida dos moradores, residentes no entorno desta área.

Os dados das questões objetivas foram dispostos em forma de gráficos, deste modo definindo um diagnóstico da população-alvo da pesquisa. Em se tratando das questões abertas, preliminarmente as respostas serão codificadas alfanumericamente de maneira a facilitar o entendimento e sua localização em caso de revisão.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1 Florestas Nacionais: breve contextualização

No Brasil existem 67 Florestas Nacionais (Figura 03), das quais três estão situadas no estado de Minas Gerais, nos municípios de Paraopeba, Passa Quatro e Ritópolis. Estas Unidades de Conservação (UCs) são administradas atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado através da lei 11.516, de 28 de agosto de 2007 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Trata-se de uma

[...] área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação. (BRASIL, MMA, s/d)²

Apesar das FLONAs serem de posse e domínio público no seu modelo de gestão é permitido o uso sustentável dos seus recursos, para fins de pesquisa, desde que se cumpra o objetivo que é a proteção e conservação da biodiversidade. Além disso, não é vetada a possibilidade de edificações em seu entorno, desde que a propriedade atenda aos requisitos apresentados no seu plano de manejo³. Também, cabe considerar que nem todos os biomas brasileiros possuem florestas nacionais e, com exceção da Amazônia, as demais unidades de conservação⁴ dificilmente alcançam os 10.000 ha.



Figura 03: Distribuição das Florestas Nacionais pelo Brasil.
Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2016).

² Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acessado em: 10 de Out. 2018.

³ Após a criação de uma UC, o plano de manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos. Toda UC deve ter um plano de manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada. (disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>).

⁴ Publicado em Unidades de Conservação (<https://uc.socioambiental.org>) e acessado em 10 de outubro de 2018

Na FLONA, a visitação ou demais atividades vinculadas ao turismo de natureza (ou ecoturismo) não são restritas, pelo contrário. No entanto, o acesso a cada Unidade de Conservação está condicionado a um plano de manejo específico, documento este elaborado de acordo com o perfil de cada UC, afim de minimizar ao máximo os impactos da intervenção antrópica naquele meio. Além disso, o

[...] plano de manejo também inclui medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas, o que é essencial para que implementação da UC seja mais eficiente. É também neste documento que as regras para visitação da são elaboradas. (BRASIL, MMA, s/d).⁵

A Floresta Nacional de Ritópolis, unidade escolhida para o desenvolvimento deste estudo foi criada no ano de 1999, mediante o Decreto de 21 de setembro. Sua sede está localizada aos 21°03'30" de latitude Sul e 44°16'25" de longitude Oeste, na Fazenda do Pombal, a 12 quilômetros do município de São João del-Rei, sentido Ritópolis, cujo principal acesso se dá através da rodovia BR-494 (saída no Km 191 à direita, em trecho não pavimentado). Trata-se da menor Unidade de Conservação do país, abrangendo os municípios de São João del-Rei, Ritópolis e Coronel Xavier Chaves (FIGURA 01).

⁵ BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acessado em: 10 out. 2018.

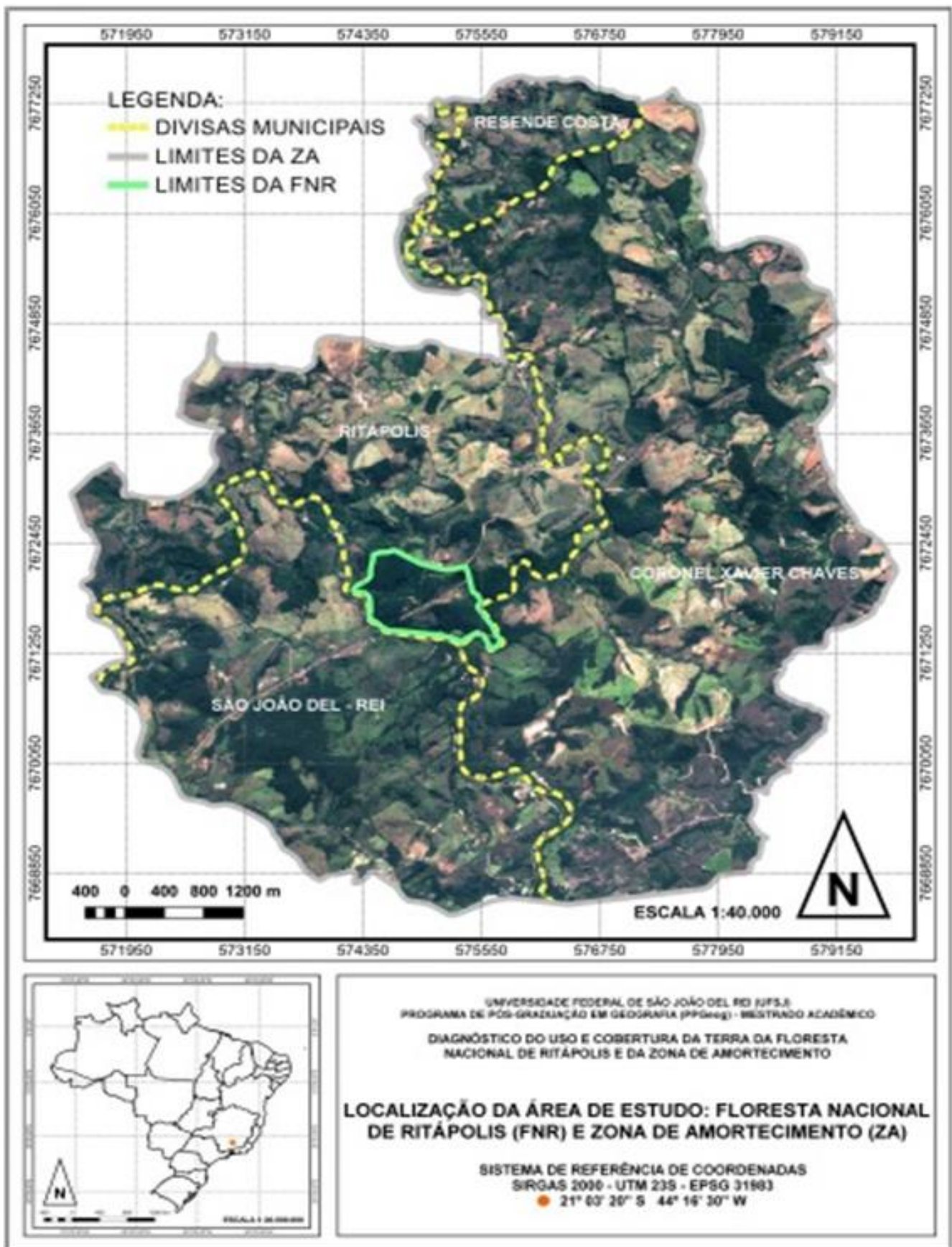


Figura 04: Localização da área de estudo, Floresta Nacional de Ritópolis e Sua Zona de Amortecimento. Adaptado por PEREIRA (2019).



Figura 05: Localização da área de estudo. Sede da Floresta Nacional de Ritópolis (MG).
Diário de Campo, Pereira (2019).



Figura 06: Localização da área de estudo. Ruínas da Fazenda do Pombal, Ritópolis (MG).
Diário de Campo, Pereira (2019).

O sítio onde foi estabelecida a sede da FLONA de Ritópolis, também reúne elementos históricos de importância nacional, pois abriga as ruínas de casa onde nasceu o inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, o então Tiradentes (1746-1792), além do que restou do engenho de cana de açúcar daquele período, atraindo turistas de várias partes do país. No local, existem três trilhas que são: Trilha das Macaúbas, Trilha da Ferrovia e Trilha do Rio das Mortes.

[...] As trilhas das Macaúbas e Ferrovia atualmente são utilizadas como recurso didático-pedagógico para o ensino e a prática de Educação Ambiental, visando os significados e as características do ambiente. A trilha do Rio das Mortes atualmente está desativada por ser rota de fuga de pescadores e caçadores que invadem a Unidade de Conservação (FERREIRA, *et. al.*, 2016, p. 721).

No ponto de vista ambiental, e sob consulta ao Plano de Manejo, (diagnosticado em, 2005) a caracterização do uso e ocupação do solo da FLONA de Ritópolis se resume da seguinte forma:

[...] 36,94 ha de floresta estacional semidecidual (41,45%); 25,93 ha de campo sujo e cerrado (29,10%); 2,00 ha de reflorestamento com espécies *Eucalyptus saligna* (2,24%); 8,72 ha de área de empréstimo e de bota-fora (9,78%); 5,51 ha de sede administrativa, núcleo residencial e remanescentes históricos (6,16%); 10,03 ha utilizados pela ferrovia (11,25%). (IBAMA, 2005, p. 28)

Conforme disposto no plano de Manejo da FLONA, a porção urbanizada da UC apresenta uma área de 4,93 há (5,52% de sua área total). Trata-se de uma área reservada as edificações existentes e os espaços de lazer, que, além de obedecerem ao padrão arquitetônico, proposto pelo referido documento, precisa obedecer a alguns critérios de segurança, como por exemplo, a presença de extintores em todas as edificações (BRASIL, MMA, 2000).

Portanto, considerar a presença desses moradores, situados dentro dos limites da Unidade de Conservação, ou em seu entorno, implica na necessidade de reconhecer que ao residirem nesses locais, estarão conseqüentemente, dentro da Zona de Amortecimento da FLONA, e portanto, sujeitos a se enquadrarem aos requisitos necessários para a sua manutenção no local; o que de certa forma implicaria em conflitos, tendo em vista a sua percepção e modos de viver.

3.2 Percepção Ambiental: “Entre o Ideal e o Real”

Nesta pesquisa, o debate acerca da percepção ambiental, segue através as orientações do geógrafo sino-americano Yi-Fu-Tuan (1980; 1983; 2012) e da brasileira Livia de Oliveira (1977), se mostrando uma forma adequada para compreender as dinâmicas socioespaciais, a partir da experiência dos sujeitos envolvidos no estudo. Nesse sentido, os moradores situados, no entorno da FLONA de Ritópolis se tornaram os atores sociais deste processo de investigação, considerando que através das suas práticas cotidianas nesses lugares permitem uma relação de topofilia, que para Tuan (2012, p. 79) “[...] assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade”.

Segundo Tuan (1983), os traços comuns em percepção ocorrem através dos sentidos da visão, olfato, tato e audição. Assim, é possível pensar o espaço e o lugar,

através da experiência, conciliando o conhecimento científico aos saberes construídos empiricamente.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que os conhecemos melhor e o dotamos de valor [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p.06).

Nas considerações deste autor, compreendemos que a construção social dos lugares e suas particularidades giram entorno de uma visão de mundo (individual ou coletiva), produzidas através da sensibilidade, do cognitivo e da percepção, incorporando modos de ser e fazer, através de atitudes e valores (TUAN 1982; 2012). É nesta perspectiva que buscamos desenvolver esta pesquisa.

No caso desse estudo, a percepção ambiental se mostra como um importante instrumento para a efetiva gestão da Unidade de Conservação, pois permite analisar o conhecimento, os valores e as atitudes da população e/ou dos atores sociais, em relação a uma determinada área (FERREIRA, 2005). Ela é formada por aspectos inerentes ao próprio indivíduo, como por exemplo, os aspectos educacionais e culturais, introduzidos pela sociedade; e os afetivos e sensitivos, que têm origens nas relações do observador com o ambiente.

A Percepção Ambiental também é processo e resultado ao mesmo tempo. Como processo é o ponto de partida para o conhecimento ambiental, como resultado pode significar todo conhecimento adquirido a respeito (PINTO, 2014). Vê-se assim a importância de se conhecer e reconhecer as diferentes percepções ambientais da comunidade, visando compreender as diversas formas de interação no meio ambiente e como estas se refletem na realidade da comunidade e mais especificamente na Unidade de Conservação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

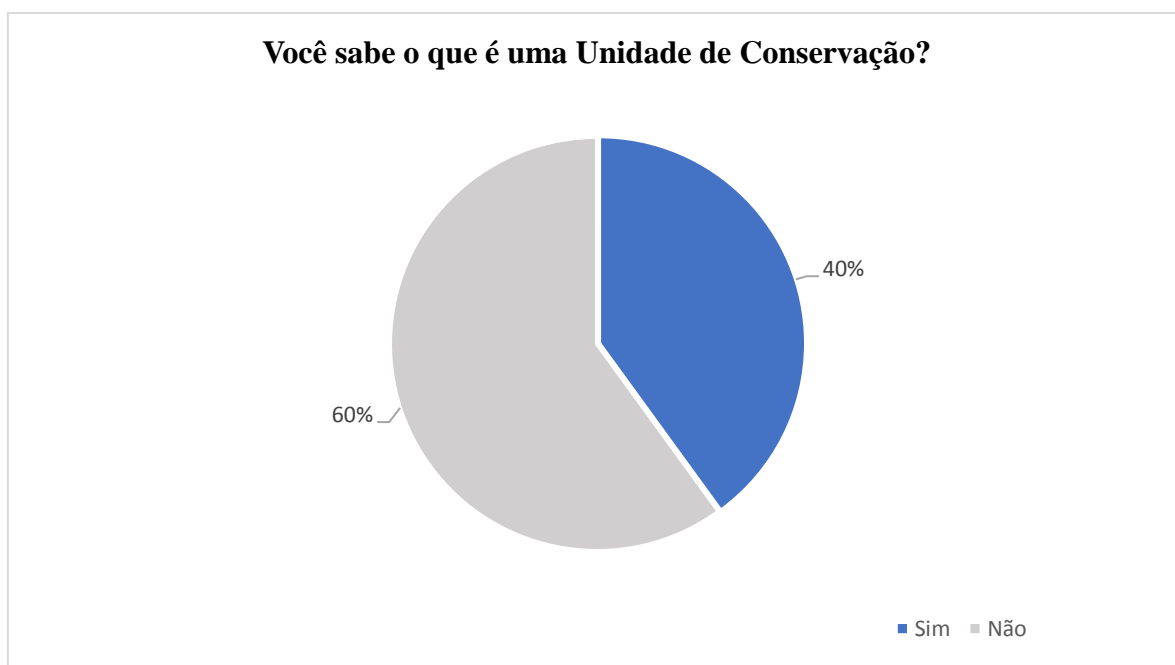
Neste capítulo, apresentamos as informações obtidas através do levantamento realizado em campo, ocorrido ao longo do mês de setembro de 2018. A aplicação do questionário, com perguntas semiabertas se mostrou importante pois, possibilitou o

entrevistado comentar sobre a questão apresentada. Para o pesquisador a importância desta estratégia está na possibilidade de apresentar as informações por meio de gráficos e tabelas, além de reforçar os resultados por meio das justificativas, descrições, discussões e relatos dos sujeitos envolvidos no estudo.

No local pesquisado, observou-se que a maioria das casas eram dispersas, e que várias situavam-se próximas às margens do Rio das Mortes ou do Rio Santo Antônio. Apesar da pouca distância entre as residências os entrevistados apresentaram contrastes significativos em suas respostas, dado que o seu modo de vida e as condições de moradia em uma Unidade de Conservação, por si só representam uma relação diferenciada, pois demanda maior colaboração com a preservação do meio natural, que ali se faz presente. Desta forma, os objetivos, metodologia e métodos empregados no decorrer da pesquisa nos permitiram alcançar os resultados que serão apresentados a seguir.

No primeiro momento, para analisar o grau de compreensão dos moradores acerca do local de moradia frente às condições e normas diversas especificadas para a sua manutenção no lugar foi perguntado sobre o que é uma Unidade de Conservação (GRAFICO 1).

Gráfico 01:

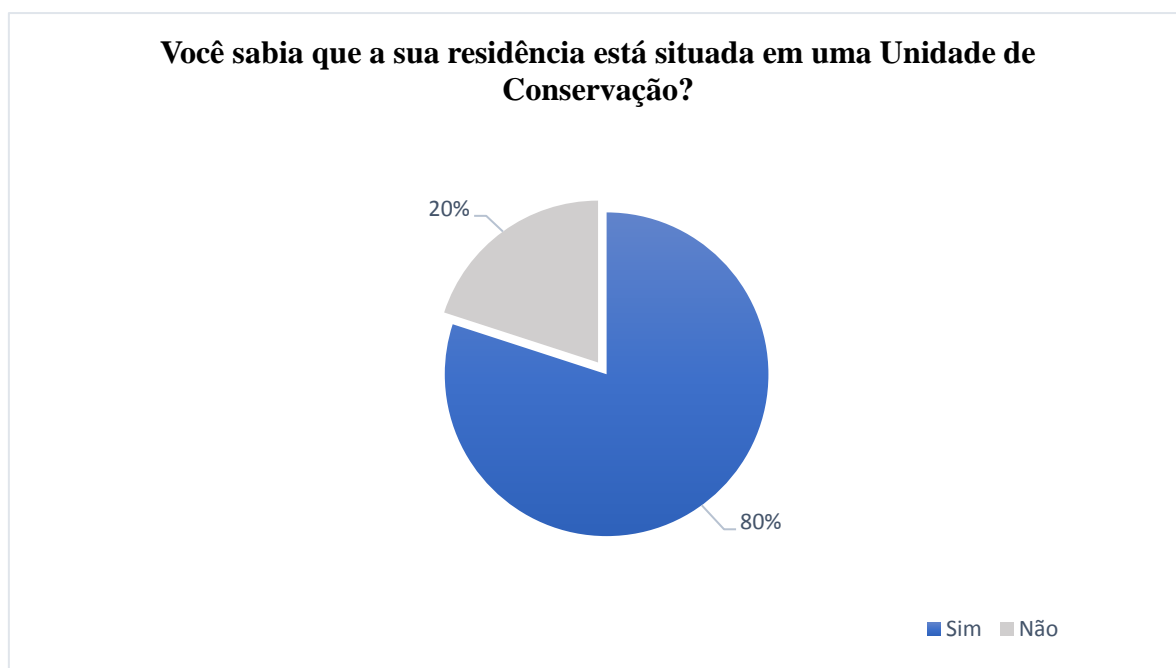


Fonte: Diário de campo, PEREIRA (2018).

Através do contraste de opiniões apresentadas no gráfico 01 foi possível observar que mais da metade dos moradores entrevistados não têm conhecimento acerca do que seja uma Unidade de Conservação, mesmo residindo em tal setor. A justificativa para esta questão está muitas vezes associada ao fato de ambos considerarem que somente nas imediações da Fazenda do Pombal (sede da FLONA) que se tem a unidade propriamente dita. Por isso, aos arredores foi considerado pela maioria dos entrevistados uma área rural, de acesso à Floresta Nacional.

Um fato que chamou a atenção ocorreu durante a segunda pergunta, na busca de compreender se o respondente tinha consciência de estar dentro da Zona de Amortecimento de uma UC (GRÁFICO 02). Em princípio, observou-se uma contradição, visto que, por mais que a maioria tivesse conhecimento de estar situado em uma reserva deste perfil, não havia o conhecimento das suas especificidades e restrições de uso.

Gráfico 02:



Fonte: Diário de Campo, PEREIRA (2018).

Apesar da maioria da população ter demonstrado maior conhecimento sobre o fato de residirem em uma Unidade de Conservação, cabe considerar que os moradores mais antigos que apresentaram esta consciência, pois também demonstraram uma relação direta de zelo e identidade com o seu local de moradia, além de considerar a potencialidade dos seus recursos para a qualidade de vida, fazendo da preservação uma “moeda de troca”.

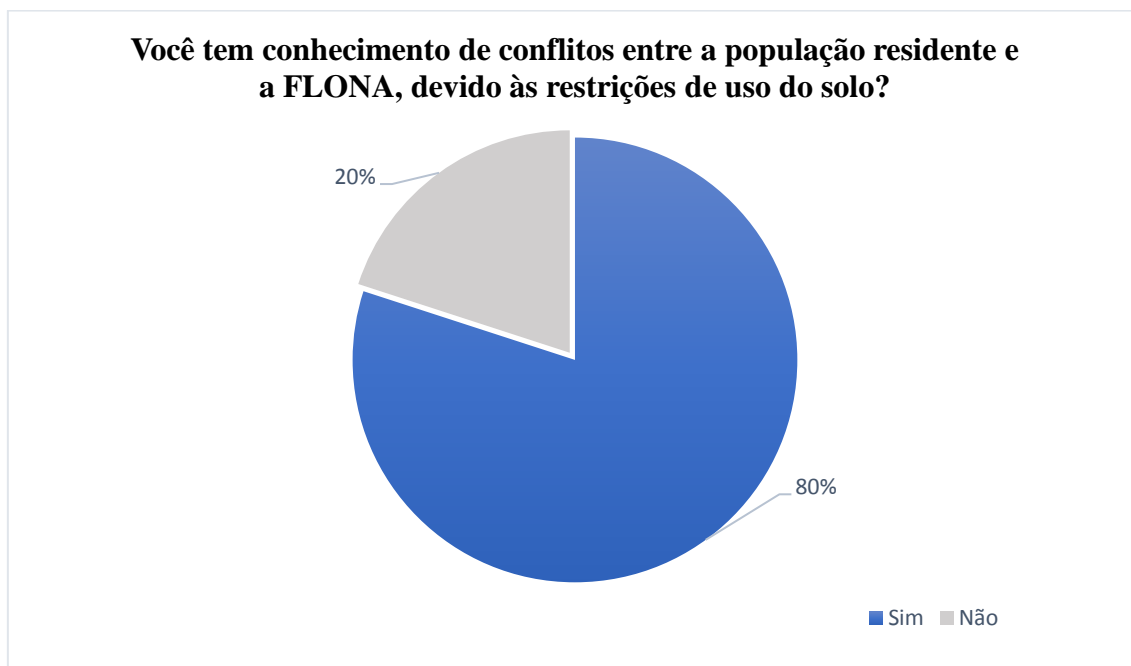
Por outro lado, observamos que uma parcela da população local, não demonstrou relação de afetividade com o lugar.

Os entrevistados também demonstraram reconhecimento quanto à importância da FLONA, pois segundo eles fatores como a conservação da biodiversidade, aproximação da população local à questão ambiental, contato com a natureza, a qualidade de vida e do ar, mediante a preservação da natureza são produtos de uma floresta bem cuidada. Além disso:

A importância de termos uma Unidade de Conservação, reconhecida a nível nacional, está inclusive na vantagem econômica para a região, e do patrimônio histórico de igual valor, na cultura contida nesses locais, embora não haja tanto incentivo para a sua manutenção. (Fala de um morador residente nas proximidades da FLONA/Ritapolis (MG), 2018, s/n).

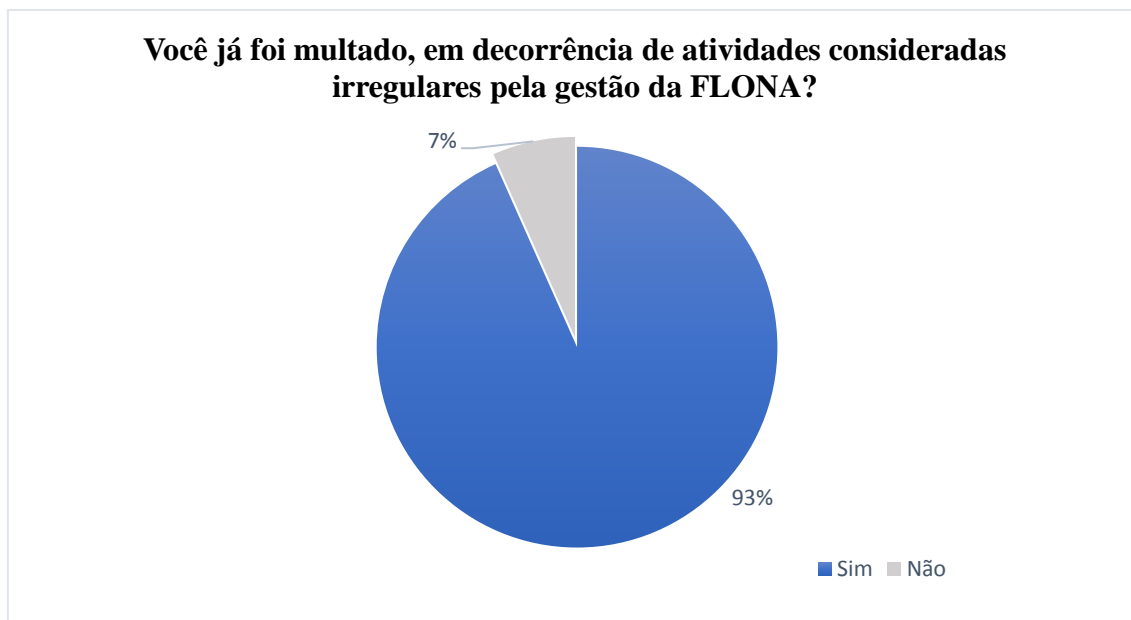
No entanto, a relação entre a população e a FLONA nem sempre se apresenta de forma pacífica, pois também foram registradas situações conflituosas entre os moradores e os fiscais ambientais. Ou seja, questões diversas, consideradas infrações ambientais, que baseadas em leis resultaram em multas, por “uso inadequado do solo”, tais como edificações em locais de área inferior ao plano de manejo, a utilização de armas, construção de muros de cimento, ou mesmo a retirada de madeira da mata nativa, que também são proibidos (GRÁFICO 03 e 04).

Gráfico 03:



Fonte: Diário de Campo, PEREIRA (2018).

Gráfico 04:



Fonte: Diário de Campo, PEREIRA (2018).

O gráfico 04, apresenta o quantitativo de moradores que já foram penalizados, com multas ou advertências, pelos órgãos ambientais, responsáveis pelo gerenciamento

da UC, em decorrência de alguma atividade considerada irregular. Dentre os fatos destacam-se: a prisão de armas e multas; advertência e aplicação medidas de compensação ambiental, devido ao corte de árvore nativa; reformas e construções em edificações de área inferior a dois hectares, construções irregulares, caça e pesca foram as causas mais frequentes registradas em campo.

Nesse ponto, cabe considerar que a maioria dos entrevistados não apresentou repúdio ou resistência às demandas para a preservação da diversidade local. O que foi questionado é a falta de diálogo entre a administração da UC (ICMBio) e a população propriamente dita; o que poderia evitar transtornos para ambos. Sobre a restrição de certos tipos de uso do solo alguns disseram:

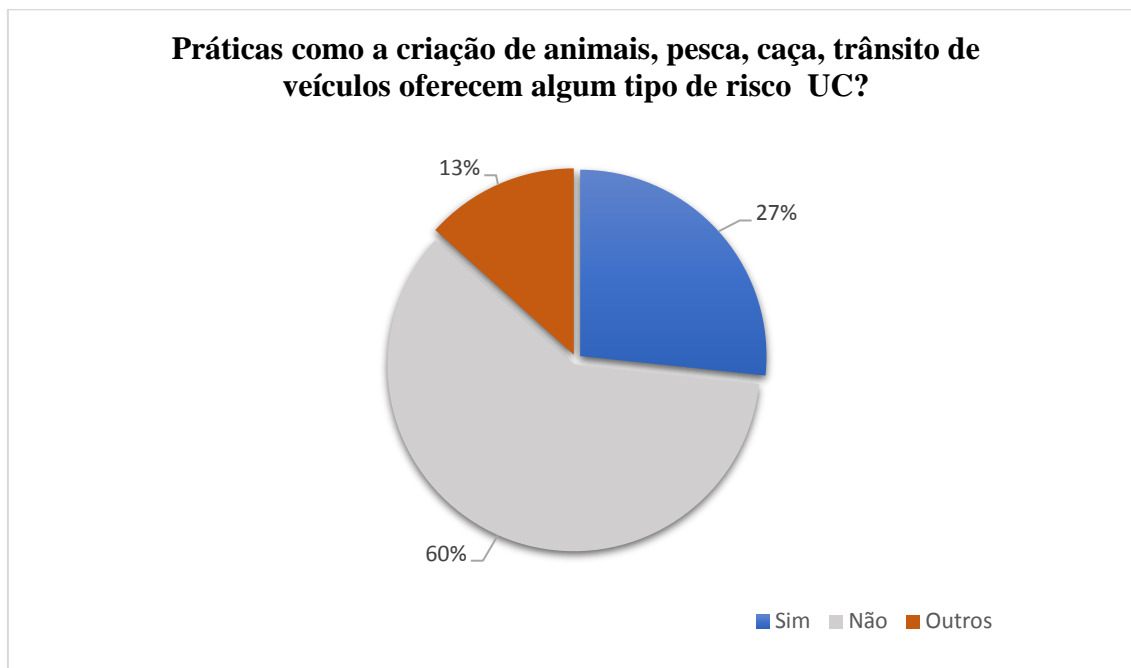
Se não houvesse restrição de venda de lotes de menor tamanho, poderia fazer um “pé de meia” para garantir o meu conforto da velhice. [...] Apesar de concordar com o rigor das leis ambientais, considero também que algumas surgem somente para causar transtorno, e pouca ou nenhuma melhoria, para a população, como é o caso da obrigatoriedade da construção de um fossa séptica, na medida que no município por onde passa o Rio das Mortes (São João del-Rei) não existe sequer tratamento de esgoto. Assim, nós que moramos no seu curso baixo (jusante) é que recebemos as águas poluídas pelo esgoto da cidade; (Fala de moradores residentes nas proximidades da FLONA/Ritópolis, 2018, s/n).

Outra reivindicação da população está na falta de segurança, sobretudo em termos de trânsito, haja vista que os carros trafegam em alta velocidade pelas estradas e os moradores, por diversas vezes, foram impedidos de construir quebra-molas. Somadas a isso, a soltura de cachorros no local também é constante e os moradores além de terem seus animais (galinhas, patos, etc.) caçados por eles, não podem tomar nenhuma providência, sem o consentimento dos órgãos ambientais atuantes na localidade.

Apesar da ocorrência de conflitos entre a população e os órgãos ambientais, os primeiros ainda consideram positiva a permanência no local. De modo geral, a tranquilidade, e a qualidade de vida, a facilidade de acesso entre os povoados visitados às cidades de São João del-Rei e Ritópolis faz com que o estilo de produção e uso do solo, sejam destinados apenas às atividades de subsistência, por meio da produção de hortaliças, pequenos pomares, criação de animais, atividades de pesca (com raras exceções); haja vista que os demais itens de consumo básico são facilmente adquiridos no mercados urbanos. Além disso, segundo os entrevistados, também são realizadas trocas de produtos entre os vizinhos, reforçando a relação de proximidade.

Nesse percurso, também for perguntado se o entrevistado considera que certas práticas como a criação de animais, pesca, caça, trânsito de veículos oferecem algum tipo de risco à Unidade de Conservação, o que pode ser observado no gráfico 05, que segue abaixo.

Gráfico 05:

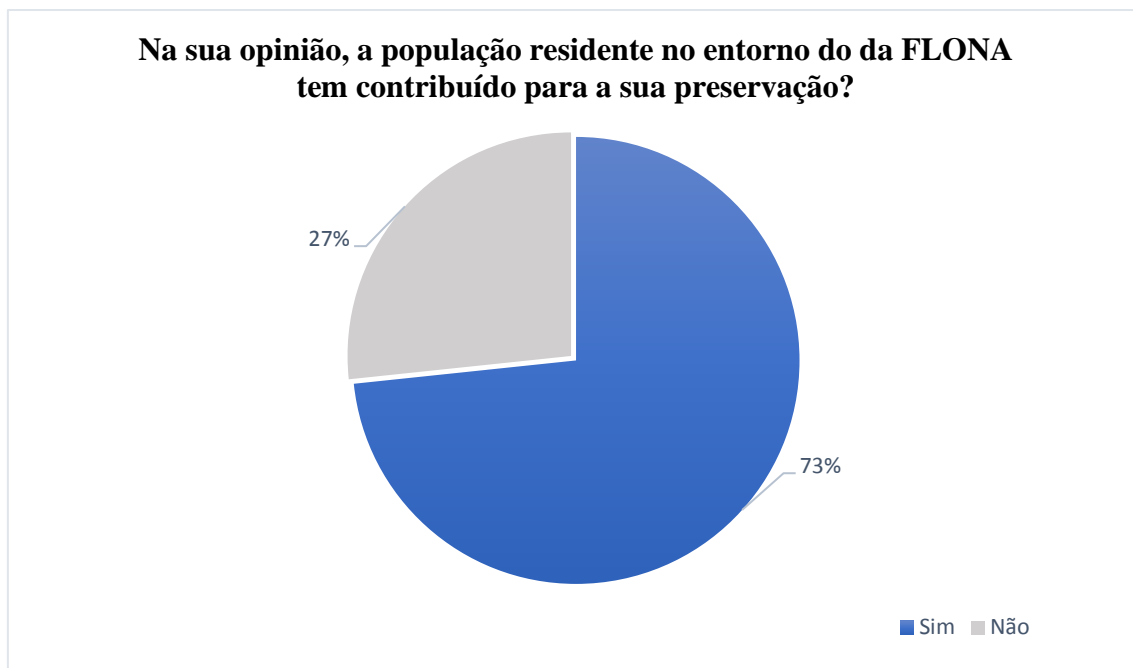


Fonte: Diário de Campo, PEREIRA (2018).

A justificativa para a maioria dos entrevistados considerarem que a criação de animais e o trânsito de veículos não oferecerem risco a UC se deve ao fato de ambos acreditarem que as atividades quando ocorrem de forma intensa, independente de qual for causará danos. No entanto, se o tráfego de veículos for condicionado as leis ambientais, para evitar o excesso de gases lançados ou a população sonora, ou a criação de animais for controlada não haveria risco.

Por último, foi perguntado se de acordo com a percepção do entrevistado, a população residente no entorno da FLONA tem contribuído para a sua preservação, o que pode ser observado no gráfico 06.

Gráfico 06



Fonte: Diário de Campo, 2018.

Dentre as considerações de consenso POSITIVO, constatamos que o fato de todos os moradores estarem situados naquele local em busca de melhores condições de vida e contato com a natureza, naturalmente implicaria na reciprocidade entre os sujeitos envolvidos: “é cuidar de quem cuida de nós”, como relatou certo morador.

Por outro lado, as considerações de consenso NEGATIVO, se justificam, segundo os entrevistados no fato de nem todos se preocupem com a conservação do local, por considerarem que esta é uma obrigação da gestão da FLONA, por isso mesmo já iniciam certas infringências como é o caso das construções e loteamentos em áreas inferiores ao previsto no plano de manejo .

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos e métodos empregados nesta pesquisa, nos permitiram compreender, através de uma microescala, a produção social do espaço e as contradições que nele se estabelecem, sob a perspectiva do uso e ocupação do solo. Nesse caso, a percepção ambiental entra como elemento fundamental para análise dos conflitos e contradições estruturados mediante a lei e a sociedade.

Este estudo se desenvolveu a partir da percepção ambiental dos moradores residentes na área de amortecimento da Floresta Nacional de Ritópolis (MG), os

mecanismos de sobrevivência, a relação entre sujeito e lugar, sem perder de vista as contradições encontradas, que por si só apresentaram uma densidade de eventos, no ponto de vista legal e cultural. As investigações ocorridas no decorrer da pesquisa nos levaram considerar a falta de diálogo e ações participativas de cunho ambiental, tendo em vista que muitas ações punitivas têm sido aplicadas antes mesmo de uma ação educativa (preventiva) o que tem gerado, perturbações no ambiente natural e conflitos de ordem social, mais especificamente entre a população e os gestores da Unidade de Conservação escolhida para o estudo.

Desta forma, analisar a dinâmica dos lugares e os diferentes espaços-tempos nos permitiu compreender território em suas múltiplas facetas, elencando as suas potencialidades e fragilidades, sem perder de vista a presença dos atores sociais que nele existe, com vistas a sua transformação.

No decorrer da pesquisa a principal contradição encontrada centrou-se no distanciamento entre as leis e a população, situada no entorno da FLONA, muitas vezes justificadas pela falta de publicidade de informações que especifiquem as condições de construção para as áreas residenciais situadas no local.

Considerar a preservação ambiental do parque e a manutenção da biodiversidade local como um compromisso coletivo foi um consenso entre todos os moradores do seu entorno, que participaram do estudo, que inclusive almejam melhorias e métodos de preservação deste patrimônio. No entanto, o uso de certas atividades agrícolas, criação de animais, a ampliação das edificações, áreas de construção civil em terrenos menores do que o previsto no plano de manejo da UC se mostraram conflituosas, sobretudo no que tange a ação do poder público e a população local.

Para a coleta de informações acerca do recorte estudado, a utilização de gráficos, se mostrou importante para mensurar e ilustrar e quantificar situações diversas, que foram relatadas pelos moradores envolvidos no estudo, indicando contraste de opiniões. De modo geral, observou-se que existe um consenso entre os entrevistados sobre a necessidade de preservação ambiental. Por outro lado, consideramos que as penalidades e as restrições aplicadas a população poderiam ser evitadas, mediante ao diálogo entre ambas as partes, para a promoção recursos e ações consensuais que assegurem a integridade da FLONA e dos residentes situados em seu entorno.

Ao longo das atividades de campo, observou-se que a maioria dos entrevistados apresentaram idades entre 40 e 80 anos e 5 a 40 anos de moradia. A maioria desses indivíduos eram aposentados, ou donos de pequenas pousadas ou bares. Esta

caracterização, somadas as conversas realizadas nos permitiu constatar o distanciamento da urbanização e o contato com a natureza eram a maior manifestação de interesse pela permanência no local, o que foi apresentado por vários com qualidade de vida.

Além disso, esses moradores demonstraram uma relação de cuidado com o lugar, que lhes transmitiam tranquilidade e segurança, o que pôde ser observado por meio de suas falas. Nesse sentido, residir na FLONA deixou de ser um capricho, em vista da construção de uma nova identidade.

Conforme relatado por moradores, de modo geral, o aumento no número de residências é uma tendência e produto de novas ações comerciais, que se sustentam através do discurso da vida na roça, contato com a natureza, promovendo a sustentabilidade (discurso verde); que são divulgados por construtoras que almejam lotear esses espaços, atribuindo alto valor de mercado. Em contrapartida, observou-se também a ampliação e rigor nos serviços de combate às ocupações ilegais, o que têm desencadeados novos conflitos.

Portanto, este trabalho apresentou alguns dos desafios e contradições que se estabelecem no âmbito do território: do ponto de vista social e ambiental, em que ambos permeiam o campo da legalidade, porém, não estão isentos de novos desfechos. Nesse caso, nos deparamos com a seguinte questão: os discursos preservacionistas empregados na atualidade, de fato têm se prestado a atuar a favor da natureza ou dos novos nichos de mercado, pautados no discurso verde? Existe um grupo restrito de beneficiados nesse processo? Quais os reais impactos das atividades puramente econômicas implantadas no meio natural? E as florestas nacionais, parques ecológicos, submetidos às novas agendas ambientais e demais unidades conservação, quais os novos desafios para a sua manutenção? E, a população: no final das contas é a principal causadora dos impactos negativos associados à natureza?

Na atualidade, apresentar tais questionamentos, por meio de estudos e análises, que evidenciem as contradições inerentes ao território, sobretudo mediante o distanciamento dos discursos, ambientais, políticos e econômicos; se ilustram através de situações semelhantes a apresentadas nesta pesquisa e não se reduzem a este caso. Portanto, cabe-nos enquanto pesquisador compreender os benefícios, conflitos e contradições existentes entre as leis e seus reais impactos, juntamente com a população, em busca de parcerias e ações públicas, sociais e participativas que, de fato possam repercutir positivamente em nossa sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. in H. Acsehrad (org.), **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro, Relume Dumará / Fundação Heinrich Böll. 2004.

AMORIM FILHO, O, B; CARTER, H; KOHLSDORF, M, E. **Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia, 1987. 42 p.

AMORIM FILHO. O. B. **Os estudos da percepção como última fronteira da gestão ambiental**. s/d (disponível em http://sigcursos.tripod.com/percepcao_ultima_frenteira.pdf, acesso em março de 2016).

BECHTEL, Robert B.; MARANS, Robert W.; MICHELSON, William. **Methods in Environmental and Behavioral Research**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

BIODIVERSIDADE, Instituto Chico Mendes de Conservação da. **Unidades de Conservação: Categorias**. 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/categorias>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acessado em 28 Mar. de 2019.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto de 21 de setembro de 1999**. Cria a Floresta Nacional de Ritópolis, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília: BRASIL, 1999. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=61&data=22/09/1999>> Acessado em: 02 Set. de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo (Org.). **Destino referência em turismo de estudos e intercâmbio: São João del-Rei - MG**. Brasília, 2010. 201 p.

_____, **Lei Nº 9985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: BRASIL, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acessado em 03 out. 2018.

_____, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Categorias. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acessado em: 10 out. 2018.

_____, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Categorias. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acessado em: 10 out. 2018.

_____, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acessado em: 10 out. 2018.

CULLEN, J. R. L.; RUDRAN, R.; VALLADARESPÁDUA, C. (Org.). **Métodos de estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre**. 1 ed., Curitiba: Editora UFRP, 2004. 665p.

DOURADO, F. **O papel das ciências sociais diante da crise ambiental**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA). Notícia. Publicado 15/10/2014. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/ciencias-sociais-crise-ambiental>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

FERREIRA, A. C. *et al.* Estudos Geocológicos Aplicados ao Manejo da Trilha das Macaúbas na Floresta Nacional de Ritópolis – Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 47, p.714-736, 2016.

FERREIRA, C. P. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatina**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERREIRA, L. C. **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil**. Revista Ambiente & Sociedade, VII, 1: 47-66. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GUIMARÃES, B. M. M.; FILHO, J. A. C.; LEAL, M. C. **Paisagem das Vertentes**: Caderno 1. São João del-Rei: UFSJ. 2008. p.100.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ritópolis: diagnóstico e planejamento**. Brasília: IBAMA, 2005. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_ritapolis_diagnostico.pdf> e <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_flona_ritapolis_planejamento.pdf> Acessado em: 06 Set. 2017.

ICMBIO, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Biodiversidade: Unidades de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2017. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/flona-de-ritapolis?highlight=WyJyaXRcdTAwZTFwb2xpcyJd>> Acessado em: 06 Set. 2017.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2a. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

PINTO, D. A. **Percepção ambiental no entorno da Reserva Biológica do Poço D'anta**: estudo de caso da Escola Estadual Professor Lindolfo Gomes – Juiz de Fora – MG. 2014. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Barbacena, 2014.

OLIVEIRA, L. Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica, **Geografia**, v.3, n.2, 1977, p. 61-72.

PRIMACK, R. B. **A primer of conservation biology**. 2 ed. Massachusetts, USA. Sinauer Associates, 2000. 319p.

SILVA, T. S.; CÂNDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. **Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da Caatinga nordestina por populações do seu entorno**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (2): 23-37, ago. 2009.

SOMMER, R; SOMMER, B. **Um Guia Prático Para Pesquisas Comportamentais: técnicas e ferramentas**. São Paulo: EPU-EDUSP, 1980.

TORRES, D, F; OLIVEIRA E, S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, p. 227-235, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983

7. ANEXO - A

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL DE RITÁPOLIS

Aluno pesquisador: Filipe César Pereira, graduando em Geografia

Orientador: Dr. Ivair Gomes, Departamento de Geociências

QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

LOCALIDADE: _____.

IDADE: _____, TEMPO DE MORADIA: _____.

ESCOLARIDADE: _____, PROFISSÃO: _____.

1. Quais atividades são desempenhadas no entorno da “FLONA” ?

2. As atividades desempenhadas nesta área são para consumo familiar ou se destina a geração de renda, por meio de comercialização?

3. Na sua opinião, qual a relação entre a população e a Unidade de Conservação? Conflito ou passividade?

4. Na sua opinião, esta Unidade de Conservação é vista como um benefício ou problema para os residentes do seu entorno?

5. Você (ou alguém) já foi notificado ou penalizado judicialmente por alguma atividade considerada irregular pelos gestores da FLONA?

6. Existe algum relato, de algum fato inesperado, que prejudicou a sua produção e, que nada pudesse ser feito para contornar a situação, por causa das leis ambientais?

sim não

7. Você considera que certas práticas como a criação de animais, caminhadas, circuitos de bicicletas ou motos oferecem algum tipo de risco a Unidade de Conservação?

sim não

8. Na sua opinião, a população do entorno do da FLONA tem contribuído para a sua preservação?

sim não

9. Você considera que a existência da FLONA implica em quais restrições a população do seu entorno?
